

Mogi das Cruzes, 1 de Setembro de 2025

Instituição: UNICID (Cruzeiro do Sul)

Curso: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Nome: Anderson Augusto Cavalcanti de Siqueira

RGM: 45258805

Contato: (11) 98101-2134

Email: andersiq@hotmail.com

Matéria:

Design Profissional - Turma_001

Atividade:

Experiência Prática III – Ética, Cidadania digital e Direitos

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo reunir informações de uma pesquisa sobre como a Ética, Cidadania digital e Direito também se interliga com a área de Análise e desenvolvimento de sistemas.

A expansão das inteligências artificiais generativas trouxe novas possibilidades para a criação audiovisual, mas também reabriu debates sobre ética e responsabilidade tecnológica.

Nesse documento analiso um caso recente de como pode ser aplicado o tema. Para essa análise utilizarei o método estruturado (Framework) para desenvolver uma posição profissional fundamentada.

O caso se trata de uma investigação da *WIRED* que revelou que o gerador de vídeos Sora, da OpenAI, reproduz estereótipos: homens aparecem como pilotos, CEOs e professores, enquanto mulheres viram recepcionistas ou babás; pessoas com deficiência são retratadas apenas em cadeiras de rodas, e pessoas acima do peso raramente são mostradas correndo. O caso mostra como IAs generativas podem amplificar preconceitos sociais presentes nos dados de treinamento.

Fundamentação Teórica

A literatura sobre ética em IA reconhece que algoritmos **não são neutros**, mas sim produtos de escolhas humanas (Crawford, 2021; Noble, 2018). Segundo a **UNESCO (2021)** e a **OCDE (2019)**, sistemas de IA devem se orientar por princípios como **justiça, transparência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos**. O conceito de **viés algorítmico** pode ser entendido como a reprodução sistemática de desigualdades históricas dentro de modelos computacionais (Barocas et al., 2019).

No caso das IAs generativas, o problema é ampliado, pois a tecnologia **não apenas analisa dados**, mas **produz narrativas visuais e simbólicas** que moldam percepções culturais. Assim, a dimensão ética ultrapassa a esfera técnica e atinge diretamente a representação social.

Análise Crítica do Caso OpenAI Sora

Relatos jornalísticos (Wired, 2025) apontaram que o Sora frequentemente associava papéis de liderança a homens, representava mulheres em funções subalternas e retratava pessoas com deficiência de forma limitada e estereotipada.

Esse cenário pode ser analisado a partir de três eixos:

1. **Justiça e Não Discriminação** → O modelo reforça padrões históricos de exclusão, em desacordo com o princípio de equidade.
2. **Transparência e Explicabilidade** → A ausência de clareza sobre datasets e métricas de mitigação de viés compromete a confiança social.
3. **Responsabilidade Corporativa** → Sendo uma empresa líder global, a OpenAI carrega maior responsabilidade em prevenir danos sociais decorrentes do uso de seus modelos.

Assim, o caso Sora exemplifica a tese de que **tecnologias amplificam desigualdades quando não acompanhadas de governança ética robusta**.

Proposta de Enfrentamento Ético

Para responder a tais desafios, propõe-se um modelo integrado de governança:

- **Auditorias independentes de viés** e publicação periódica de relatórios de impacto social.
- **Diversificação dos datasets de treinamento**, contemplando diferentes corpos, culturas e contextos sociais.
- **Mecanismos de feedback contínuo**, permitindo que usuários denunciem representações discriminatórias.
- **Educação ética interna** em equipes de desenvolvimento, para ampliar a sensibilidade social dos profissionais envolvidos.

Essas medidas alinham-se às recomendações internacionais de **IA responsável**, que defendem a inseparabilidade entre inovação tecnológica e justiça social.

Conclusão

O caso do OpenAI Sora demonstra que **neutralidade algorítmica é um mito**: toda IA carrega valores implícitos nos dados e nas escolhas de design. Ao reproduzir vieses sexistas, racistas e capacitistas, a tecnologia evidencia a urgência de **mecanismos de governança ética** que priorizem a equidade e a responsabilidade corporativa.

Mais do que um problema técnico, trata-se de uma questão política e social: quem decide quais corpos, vozes e histórias são legitimados por uma IA? A resposta deve envolver não apenas empresas e desenvolvedores, mas também reguladores, sociedade civil e comunidades afetadas. Assim, o futuro da IA generativa dependerá de um equilíbrio delicado entre **inovação e compromisso com a dignidade humana**.